

APRESENTAÇÃO

As instituições de pesquisa brasileiras possuem pouca tradição em estudos sobre percepções sociais. O Ipea – que celebra cinquenta anos em 2014 como importante ator no debate sobre desenvolvimento no país – tem sido profícuo na elaboração de estudos que subsidiam a formulação, a implementação e a avaliação de políticas públicas. Entretanto, apenas recentemente se envolveu na formulação de dados primários. As pesquisas do Sistema de Indicadores de Percepção Social (SIPS), realizadas de forma contínua desde 2010, assim como as parcerias com agentes nacionais e internacionais, posicionam o Ipea na fronteira das pesquisas sobre as percepções das pessoas.

Esta publicação consolida alguns dos principais resultados obtidos pelo SIPS. A segunda edição do projeto apresenta as percepções sociais colhidas em campo entre 2011 e 2013 e aborda as impressões dos brasileiros sobre temas diversos e fundamentais ao desenvolvimento do país, como educação, trabalho, combate à pobreza, mobilidade urbana, segurança pública, defesa nacional, comunicação, democracia e felicidade.

O ano de 2013 foi marcado pelas manifestações populares de junho. Após mais de uma década de crescimento inclusivo que resultou em uma queda inédita na desigualdade, em que a pobreza diminuiu de forma acelerada, novas transformações são desejadas. Muitos brasileiros foram às ruas exigir a ampliação das transformações ocorridas, com mais cidadania, serviços públicos de qualidade, combate à corrupção e representação política permeável. Os resultados do SIPS apresentados neste volume trazem as vozes dos brasileiros em suas casas e apontam caminhos para o aprimoramento das ações do Estado e da sociedade.

Na condução deste projeto, a presidência do Ipea gostaria de expressar seu agradecimento aos pesquisadores envolvidos na condução das pesquisas e aos parceiros que acreditaram na metodologia.

Espera-se que a conjugação entre as análises de caráter objetivo e a subjetividade das percepções da população revelada pelo SIPS possa ser um importante instrumento para subsidiar as políticas públicas no país.

Marcelo Côrtes Neri
**Ministro da Secretaria de Assuntos
Estratégicos da Presidência da República (SAE/PR)
Presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea)**

INTRODUÇÃO*

Marcelo Côrtes Neri**

Fabio Schiavinatto***

Este livro sistematiza um conjunto amplo de informações sobre a percepção da população quanto a uma miríade de políticas públicas implementadas pelo Estado brasileiro. As ações analisadas cobrem áreas diversas, como educação, trabalho, transporte, segurança, defesa nacional e combate à pobreza. Além disso, o livro trata de temas transversais, como valores e democracia, comunicação, formação da felicidade, geração de índices subjetivos sintéticos e prioridades de políticas públicas da população.

Esta publicação abrange pesquisas de campo realizadas entre 2011 e 2013, com ênfase nos dois primeiros anos; os últimos levantamentos realizados serão objeto de publicação futura semelhante. As informações aqui reunidas foram, na sua maior parte, originadas de pesquisas de campo implementadas pelo Ipea a partir do Sistema de Indicadores de Percepção Social (SIPS). Uma inovação neste estudo foi incorporar perguntas consagradas em pesquisas internacionais sobre percepções sociais. O processamento conjunto destas informações permite comparar diretamente resultados globais, nacionais e regionais. Neste aspecto, o Ipea foi premiado em 2013 pela Organização das Nações Unidas (ONU) por ter dado a principal contribuição da América Latina e Caribe para a pesquisa *Meu mundo* (*My world*). A pesquisa identifica as prioridades de políticas da população com vistas à definição dos novos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODMs) para o período após 2015, quando se encerra o prazo dos objetivos atuais. Os primeiros resultados da pesquisa *Meu mundo* integram este volume.

* Os autores gostariam de agradecer as sugestões de Marina Nery, Raísa Rabelo, Tiago Bonomo e Rodrigo Ramiro.

** Ministro da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República (SAE/PR) e presidente do Ipea.

*** Técnico de Planejamento e Pesquisa da Assessoria Técnica da Presidência do Ipea.

O SIPS oferece uma nova fonte de dados primários que contribui para o aprimoramento de estudos e pesquisas voltados para a formulação e a avaliação de políticas públicas. Esta nova experiência de realizar pesquisas de campo e produzir dados primários amplia as perspectivas do instituto para o desenvolvimento dos seus trabalhos e vem consolidando-se junto ao seu corpo técnico, permitindo a exploração de outras dimensões do conhecimento relacionadas a como as pessoas enxergam as políticas públicas. O Ipea deve ocupar, no Estado brasileiro, um lugar crescente na avaliação das percepções da população quanto às ações do próprio Estado.

O projeto SIPS tem como objetivo principal apresentar um painel de indicadores sociais para subsidiar reflexões e ações do Estado e da sociedade. As pesquisas realizadas permitem verificar como a população percebe os diferentes serviços de utilidade pública postos à sua disposição pelo Estado, incluindo motivações de uso, dificuldades de acesso e grau de importância atribuído a cada um deles. Desta forma, o SIPS fornece subsídios ao Estado para compreender melhor e atuar de maneira mais efetiva no atendimento às demandas dos cidadãos, bem como viabiliza instrumentos à sociedade para cobrar dos seus governantes ações mais aderentes às suas necessidades e anseios.

As primeiras pesquisas do SIPS, publicadas em 2011, investigaram diversos temas, como justiça, segurança pública, serviços para mulheres e de cuidado de crianças, saúde, educação, cultura, mobilidade urbana, bancos, e trabalho e renda.

Nesta coletânea de trabalhos do SIPS, alguns destes temas reaparecem – segurança pública, mobilidade urbana e educação, além de trabalho e renda. A eles se juntaram novos temas, sendo um deles a defesa nacional, tratada neste livro de forma inédita no Brasil. Esta edição também trata de percepção sobre pobreza, valores e estrutura social, e mídia e comunicação, além de temas mais gerais como formação da felicidade e definição das prioridades de políticas públicas por parte da população.

Destaca-se na preparação deste volume o estabelecimento de parcerias institucionais com diversas pastas e órgãos governamentais, entre os quais se incluem algumas secretarias de governo ligadas à Presidência da República. Estas pesquisas desenvolvidas em articulações institucionais sob a coordenação do Ipea fortalecem o instituto e qualificam os debates sobre

as políticas públicas, ao mesmo tempo em que aumentam a capacidade do Ipea de contribuir para o desenvolvimento destas.

O projeto SIPS encontra-se em plena execução, contando com a inclusão de novos temas e também novos enfoques de outros investigados anteriormente. Recentemente, foi constituído no âmbito do Ipea um grupo de trabalho para aprimorar o desenho amostral das pesquisas de campo aplicadas pelo instituto.

O projeto envolve equipes de técnicos de planejamento e pesquisa do Ipea das diversas diretorias e da presidência da instituição. Em alguns casos, conta com a participação de gestores de órgãos governamentais responsáveis pela formulação, implementação e avaliação das políticas públicas ligadas às áreas em análise.

PLANO DO LIVRO

O livro contém esta introdução, uma conclusão e mais doze capítulos temáticos divididos em duas partes. A primeira parte trata de temas relacionados a políticas específicas abordadas pelos respectivos SIPS entre 2011 e 2013 e a segunda parte trata de temas transversais aplicáveis de forma comum a um conjunto amplo de políticas públicas.

Os dois capítulos iniciais derivam de uma mesma pesquisa, elaborada pela Coordenação de Estudos sobre Trabalho e Renda do Ipea. No capítulo 1, aborda-se a percepção dos trabalhadores acerca dos processos de intensidade do trabalho a que são submetidos. São analisados, entre outros aspectos, a relação do trabalhador com a atividade exercida, a jornada de trabalho, a exigência de capacidades, a intensidade do trabalho e os níveis de cobrança.

O capítulo 2 trata da relação entre o tempo de trabalho e o tempo livre, segundo a percepção dos trabalhadores, e suas influências no cotidiano. Alguns elementos desta relação foram analisados, como a conectividade do trabalhador com o trabalho mesmo em gozo de seu tempo livre, as atividades regulares fora do trabalho e o tempo despendido para executá-las, o sentimento ao ter seu tempo livre usado para realizar atividades típicas do seu trabalho, a intenção de mudar de trabalho em decorrência da sua intensidade e do tempo exigido, e a percepção dos trabalhadores sobre a legislação que regula a jornada de trabalho.

O capítulo 3 tem como tema a educação pública no Brasil e discute questões que permeiam o atual debate nacional neste campo. Entre estas, são avaliados a ampliação da educação infantil, os métodos para a seleção dos diretores de escolas públicas, a ampliação do número de horas de aula, a implantação de turno integral, as cotas para negros e indígenas no ensino superior e o ensino religioso nas escolas. A pesquisa também procura captar o nível de confiança da população sobre o ensino superior a distância e o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), além da satisfação pessoal em relação ao seu próprio estágio educacional. Ainda investiga, de forma geral, a percepção da população sobre a situação atual da educação e sua evolução recente e, por fim, busca traçar um comparativo desta percepção, em níveis gerais e nacionais, com a realidade existente localmente no próprio município.

O capítulo 4 aprofunda os estudos na área de pobreza, considerando como a população percebe este problema. A pesquisa procura identificar e avaliar, sempre pela ótica da população, as principais causas e efeitos da pobreza, seu comportamento e as alternativas para diminuí-la.

Mobilidade urbana é o tema tratado no capítulo 5. Essa questão já havia sido pesquisada pelo SIPS e, agora repetida, atualiza dados e traz novos enfoques. O estudo discute o atual contexto da mobilidade no país, apresenta a caracterização geral da população – por meio da identificação do transporte mais usado – e analisa a percepção da população sobre a cidade e o transporte público, em particular sobre a sua qualidade e segurança. Mede ainda a percepção das pessoas em relação ao tempo de deslocamento nos diversos meios de transporte, avalia as dificuldades apontadas para a realização das viagens e, finalmente, analisa a percepção geral da população em relação aos problemas relacionados ao transporte urbano.

O capítulo 6 debate temas relacionados à segurança pública. Este também dá continuidade a outra pesquisa realizada no âmbito do SIPS em 2010 e aprofunda as análises sobre a confiança da população nas polícias e nos serviços policiais postos à sua disposição. O problema colocado como central pelo estudo é identificar os determinantes que configuram uma relação de confiança da população na polícia e para a tomada da decisão de chamá-la ou não.

O capítulo 7 inova a pauta de estudos e apresenta a mais atual pesquisa sobre defesa nacional desenvolvida no Brasil, tema estudado regularmente

em países desenvolvidos, mas que não encontrava muita ressonância no país. Diante deste cenário, o Ipea, por meio de sua Diretoria de Estudos e Relações Econômicas e Políticas Internacionais (Dinte), oferece um panorama sobre a percepção da população a respeito de diversos aspectos pertinentes à defesa nacional, tais como ameaças, papel das Forças Armadas e poder militar do Brasil.

Os capítulos seguintes, que integram a segunda parte do livro, tratam de temas transversais pertinentes a diversos tipos de políticas. O capítulo 8 trata de valores e estrutura social no Brasil. Nele, são mostrados os principais resultados da pesquisa e as análises correspondentes, que incluem elementos políticos, econômicos e sociais. As discussões se iniciam pela própria questão da democracia, chave para a compreensão das transformações que se deram e ainda se dão, principalmente a partir da segunda metade dos anos 1980. Examinam-se a participação política da sociedade, a capacidade de influenciar governos, o voto, as desigualdades sociais, a autopercepção de classe e as lutas por direitos de minorias.

O capítulo 9 apresenta informações e análises sobre aspectos de mídia e comunicação sob o ponto de vista das políticas públicas para o setor. Estes aspectos são analisados segundo as dimensões do acesso à informação, da percepção da população sobre a confiabilidade dos meios de comunicação e do seu poder de influência na formação da opinião das pessoas. Em especial, dois dos principais canais de comunicação são estudados em uma profundidade maior: a televisão e o rádio.

Os capítulos anteriores buscam analisar o conjunto de resultados das pesquisas geradas. Por sua vez, os três capítulos seguintes se dedicam a explorar perguntas específicas de interesse incorporadas ao SIPS a partir de questionários internacionais. O capítulo 10 trata da relação entre renda e felicidade, inicialmente comparando a relação observada no Brasil com a de outros países. Mede-se a contribuição específica da renda *versus* outros indicadores como expectativa de vida e educação, tal como medidos no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), para a satisfação com a vida presente. Depois, avalia-se a magnitude desta relação no Brasil. Realiza-se teste usando como instrumento a variação de renda implícita na expansão do Bolsa Família e a variação de felicidade da mesma pessoa ao longo do tempo. Este resultado, tomado a valor de face, indicaria potenciais impactos

de políticas de redistribuição de renda aos mais pobres sobre a felicidade agregada da nação.

O capítulo 11 objetiva consolidar diversos aspectos da percepção da população, tratados na parte inicial do livro, em um indicador subjetivo sintético. O Índice de Desenvolvimento Humano Percebido (IDH-P) proposto no capítulo fornece uma referência subjetiva complementar ao IDH. Inicialmente, fornece-se uma visão global das prioridades da população brasileira em termos de políticas públicas *vis-à-vis* a população mundial por intermédio do questionário da pesquisa *Meu mundo* da ONU. O exercício destaca a importância nos dois universos das dimensões saúde, educação e renda, que integram a abordagem do desenvolvimento humano da ONU. A parte central do capítulo constrói um IDH-P para o Brasil e para as três Américas a partir dos tradicionais componentes do IDH em suas versões subjetivas, presentes nos dados do Gallup World Poll de 2007 para os países da América Latina e Caribe. Propõe ainda introduzir uma quarta dimensão ligada a percepções sobre as condições de trabalho. Em seguida estuda como as percepções sobre a satisfação do indivíduo com renda, educação, trabalho e saúde estão relacionadas com os seus homólogos objetivos. Analisa também como a satisfação com a vida é estabelecida, medindo a importância relativa atribuída à renda em comparação à saúde e à educação, todas encaradas de modo subjetivo. Usa ainda medidas de felicidade para avaliar se os pesos relativos atribuídos a renda, saúde e educação no IDH (um terço para cada componente) refletem seus impactos sobre a satisfação com a vida. Estes exercícios fornecem informações úteis para entender o mecanismo de transmissão das políticas sociais na percepção dos seus beneficiários. Por fim, é gerado um *ranking* mundial do IDH-P com base nos dados internacionais do Gallup World Poll de 2006.

A partir de dados de expectativa de satisfação futura com a vida, o capítulo 12 propõe uma interpretação sobre a natureza de problemas recorrentes no caso brasileiro e sobre a agenda prospectiva de políticas públicas no país. Mais uma vez, o caráter internacional das perguntas incorporadas no questionário do SIPS permite diferenciar a visão brasileira daquela do resto do mundo. Exploram-se duas questões no contexto brasileiro. O primeiro é a existência de um alto otimismo de cada brasileiro em relação ao seu futuro. Este elemento foi captado por

uma alta expectativa de satisfação individual com a vida para os próximos cinco anos. Este dado forneceria pistas relativas a problemas derivados da atitude individual do brasileiro perante o tempo vindouro, como a baixa taxa de poupança doméstica e a alta taxa de juros aqui vigentes. O segundo aspecto abordado se refere à baixa expectativa de cada brasileiro quanto à felicidade geral da nação, indicando uma alta dissonância entre a visão de cada brasileiro sobre sua vida e a visão sobre o conjunto do país. Na interpretação aqui proposta, este elemento seria consistente com a maior importância assumida historicamente no contexto nacional por problemas associados a ações coletivas, como inflação, desigualdade, informalidade, criminalidade, corrupção e problemas ambientais, entre outros. O aspecto comum destes problemas é que eles tornam o todo menor que a soma das partes, exigindo mobilização e coordenação da sociedade. O capítulo tenta elaborar, a partir destes dois elementos, como a nova agenda de transformações e, portanto, de políticas públicas, se coloca hoje no país.

O último capítulo destaca os principais resultados apresentados em cada capítulo do livro, traçando algumas ligações e ressaltando pontos comuns entre eles.

METODOLOGIA

O SIPS manteve sua característica de pesquisa quantitativa do tipo *survey*, aplicada presencialmente em domicílios de todas as Unidades da Federação (UFs). Porém, em sua segunda edição, o SIPS sofreu importantes alterações de metodologia em relação à edição anterior, tanto do ponto de vista da técnica estatística quanto da sua forma de execução. Todas estas alterações tiveram como objetivo o aperfeiçoamento da amostra e da etapa de coleta dos dados.

No tocante à sua execução, o SIPS abandonou a forma de coleta de dados convencional, caracterizada por um processo manual de aplicação das entrevistas, com a utilização de questionários em papel e posterior digitação destas informações para a formação do banco de dados. Em seu lugar, o instituto adotou uma forma de coleta de dados eletrônica com a utilização de *personal digital assistants* (PDAS) – *tablets* ou *smartphones*. Esta evolução aumenta a garantia da integridade dos dados por meio da eliminação de etapas de manuseamento de dados por pessoas.

Ainda para preservar a integridade dos dados, o Ipea determinou ao prestador do serviço de coleta de dados que os formulários fossem transmitidos individual e instantaneamente ao servidor de arquivos instalado na sede da empresa e retransmitidos em tempo real para o servidor do Ipea, inclusive com a captura da localização espacial (dados georreferenciados de latitude e longitude).

Além da questão da integridade dos dados, esta solução propiciou mais agilidade e segurança à análise dos resultados, que pode ser feita preliminarmente a qualquer tempo da execução e imediatamente após a sua conclusão.

O Ipea também exigiu do prestador de serviço de coleta de dados o fornecimento de um sistema eletrônico que permitisse o acompanhamento em tempo real da evolução da execução do trabalho de campo. Esta medida assegurou ao instituto plenas condições de monitoramento e fiscalização da pesquisa, o que possibilitou a verificação das coordenadas georreferenciadas dos domicílios sorteados para as entrevistas – com erro máximo de 50 metros –, além da edição dos questionários respondidos para a verificação de suas autenticidades.

Estes avanços, além de protegerem a integridade dos dados e de aperfeiçoarem o seu tratamento e transmissão, também trouxeram mais racionalidade e conseqüente redução dos custos de fiscalização, graças à eliminação da necessidade de mobilização de pessoal para campo a fim de realizar as exigidas comprovações de autenticidade das entrevistas.

Mudança importante também ocorreu em relação aos aspectos estatísticos, pois, diferentemente da edição anterior, que adotou a técnica amostral conhecida como amostragem por cotas, esta edição utilizou outra – a amostragem probabilística –, conservando, contudo, o mesmo intervalo de confiança e margem de erro, apesar do aumento do tamanho da amostra.

No entanto, algumas características da edição anterior foram mantidas, entre estas a realização de três ondas distintas de coleta de dados com a investigação de três temas também distintos em cada uma delas. Também houve diferenças, como no caso dos temas que, apesar de seguirem o mesmo desenho amostral, foram tratados de forma independente entre si quanto às respectivas amostras.

Em suma, cada tema teve uma amostra própria, pois cada domicílio sorteado pertenceu a um único tema, respondendo assim seu morador a apenas uma das três pesquisas em execução, enquanto na primeira edição do SIPS o domicílio sorteado integrava a amostra única para todos os temas.

Tal modificação foi efetuada com a intenção de melhorar a qualidade das respostas dadas pelos entrevistados, uma vez que, na primeira edição, ficou evidenciado um grau significativo de exaustão dos respondentes diante do tempo gasto para concluir a pesquisa, devido à quantidade de perguntas e à diversidade dos temas abordados.

DEFINIÇÃO, REPRESENTATIVIDADE, MARGEM DE ERRO E NÍVEL DE CONFIANÇA DA AMOSTRA

A amostra definida pelo Ipea teve representatividade estatística para o Brasil e para as Grandes Regiões, com uma margem de erro de 5%, a um nível de confiança de 95%.

O tamanho da amostra foi definido pelo Ipea em 3.772 entrevistas distribuídas proporcionalmente pelas Grandes Regiões segundo a população brasileira apurada pelo Censo 2010, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Também foi considerada a proporcionalidade populacional das UFs e ainda o porte dos municípios, classificados de acordo com o quadro 1.

QUADRO 1
Classificação por tamanho de município

	Grande	Médio	Pequeno
Tamanho da população (número de pessoas)	Acima de 100 mil	Entre 20 mil e 100 mil	Abaixo de 20 mil

Elaboração dos autores.

A definição da amostra foi estabelecida pelos seguintes passos.

- 1) Foram incluídas todas as capitais e alguns dos principais municípios autorrepresentativos, denominados municípios-polo e indicados pelo Ipea.
- 2) O sorteio dos demais municípios ocorreu de maneira a compor os totais de municípios definidos para cada Grande Região, observando-se critérios de tamanho.

- 3) A escolha destes municípios teve como regra estarem a um raio de 120 quilômetros de distância, em linha reta, dos municípios-polo, assegurado que:
 - a) em cada Grande Região, a distribuição do número de pessoas por UF do respectivo tema na amostra fosse proporcional à distribuição do número total de pessoas por UF no mesmo tema;
 - b) dentro de cada UF, a distribuição do número de pessoas por município do respectivo tema na amostra fosse proporcional à distribuição do número total de pessoas por município no mesmo tema.
- 4) A amostra dos domicílios foi representativa do total de pessoas, do Brasil e das Grandes Regiões, de acordo com os estratos de importante variabilidade dentro do respectivo tema.

Foram conceituados como municípios-polo aqueles que possuíam à época aeroportos atendidos por linhas regulares de voos comerciais, identificados pelo Ipea. A aplicação deste conceito visou à melhoria da relação custo-benefício na etapa de execução dos trabalhos de campo. Segundo os cálculos, este desenho compreendia 84% do universo da população brasileira.

Os municípios-polo que integraram a amostra, além das capitais das UFs, foram, por região:

- região Norte: Marabá (PA), Cruzeiro do Sul (AC) e Coari (AM);
- região Nordeste: Ilhéus (BA), Barreiras (BA), Vitória da Conquista (BA), Caruaru (PE), Petrolina (PE), Campina Grande (PB), Mossoró (RN), Juazeiro do Norte (CE) e Imperatriz (MA);
- região Centro-Oeste: Rio Verde (GO) e Corumbá (MT);
- região Sudeste: Macaé (RJ), Campos dos Goytacazes (RJ), Governador Valadares (MG), Montes Claros (MG), Juiz de Fora (MG), Uberlândia (MG), São José dos Campos (SP), Guarulhos (SP), Ribeirão Preto (SP), Campinas (SP), São José do Rio Preto (SP), Bauru (SP), Presidente Prudente (SP) e Marília (SP); e

- região Sul: Cascavel (PR), Foz do Iguaçu (PR), Londrina (PR), Criciúma (SC), Joinville (SC), Chapecó (SC), Caxias do Sul (RS), Pelotas (RS), Passo Fundo (RS), Santa Maria (RS), Santo Ângelo (RS) e Uruguaiana (RS).

O quadro 2 mostra a distribuição dos municípios pelas cinco Grandes Regiões do país, por tamanho.

QUADRO 2
Distribuição dos municípios por Grandes Regiões e tamanho

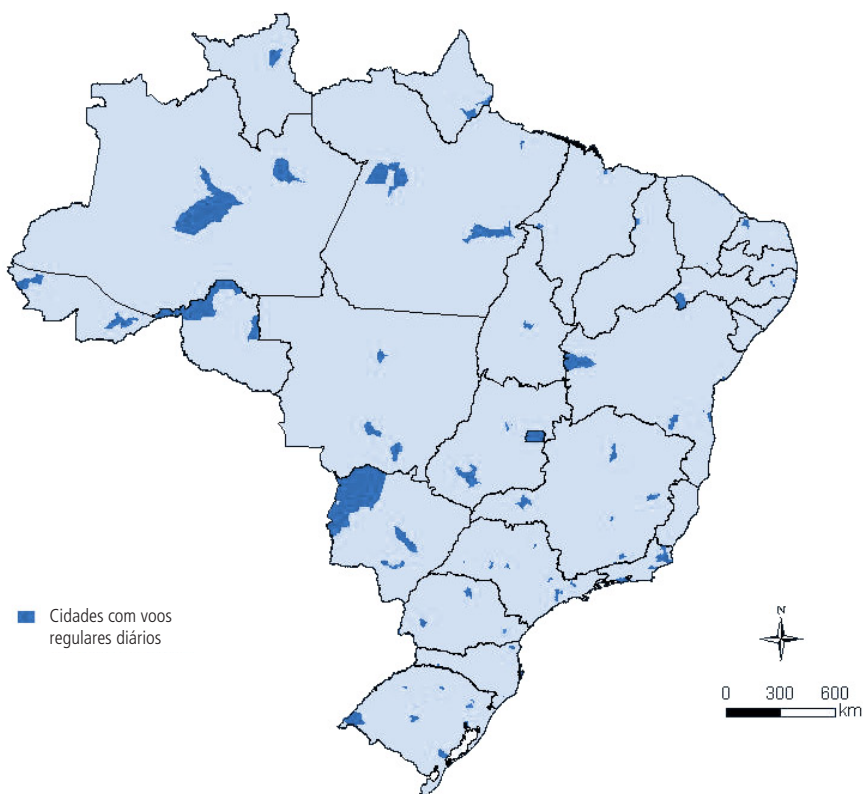
Região/município	Porte grande	Porte médio	Porte pequeno	Total
Norte	8	7	4	19
Nordeste	18	27	17	62
Centro-Oeste	6	5	4	15
Sudeste	44	23	14	81
Sul	15	11	9	35
Total	91	73	48	212

Elaboração dos autores.

O mapa 1 ilustra a distribuição espacial dos municípios-polo integrantes da amostra, conforme as definições do Ipea.

MAPA 1

Distribuição das cidades brasileiras com voos regulares diários (2010)



Elaboração dos autores.

EXECUÇÃO

A pesquisa foi executada em três ondas que contemplaram, cada uma, três temas distintos. Realizada entre os dias 8 e 29 de agosto de 2011, a primeira onda, com tamanho da amostra definido em 3.772 entrevistas, foi composta pelos temas da mobilidade urbana (3.781 entrevistas coletadas), defesa nacional (3.796 entrevistas) e percepção sobre a pobreza (3.786 entrevistas).

A segunda onda foi realizada de 8 a 30 de novembro de 2011, também com tamanho da amostra definido em 3.772 entrevistas, nas quais foram investigados os temas de educação (3.795 entrevistas), trabalho e renda (3.796 entrevistas) e ainda valores e estrutura social (3.791 entrevistas).

Por fim, a terceira onda, com idêntico tamanho definido para a amostra em relação às ondas anteriores, contemplou os temas da segurança pública (3.799 entrevistas) e mídia e comunicação (3.809 entrevistas), além de alguns programas públicos federais na área social e econômica (3.804 entrevistas), sendo executada entre os dias 10 de março e 1º de abril de 2012.

Os formulários foram compostos por dez questões de identificação socioeconômica e demográfica dos entrevistados e um número próximo de trinta questões elaboradas especificamente para cada tema da pesquisa.

As entrevistas foram presenciais e realizadas nos domicílios das famílias, estando habilitado a respondê-las qualquer membro da família com idade igual ou superior a 18 anos.

A FELICIDADE ACOMPANHA A RENDA?*

Marcelo Côrtes Neri**

O capítulo tem seu foco na análise da relação entre renda e felicidade, medida pela satisfação com a vida reportada pelas pessoas, em diversos países do mundo, com atenção especial à experiência brasileira. A partir da incorporação de perguntas específicas aos questionários do Sistema de Indicadores de Percepção Social (SIPS) de pesquisas consagradas internacionalmente, foi possível tratar com distinção questões nacionais e compará-las a mais de 132 países. Utilizando como referência as pesquisas empíricas de Deaton (2007),¹ mas com uma especificação funcional diferenciada, é demonstrada uma alta correlação entre renda e satisfação com a vida.

Buscou-se também, a partir da estimativa de uma “função felicidade”, estabelecer os pesos atribuídos a cada componente do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) para a satisfação com a vida presente. Os resultados indicam que a renda explicaria um peso de 66% da variação da satisfação contra 31% da expectativa de vida, ficando menos de 3% explicados pelos componentes de educação. Outro resultado da pesquisa foi a geração de um indicador de riqueza para medir como varia a relação com a felicidade entre pessoas de diferentes países. Os resultados mostram que há uma relação positiva de longo prazo entre a satisfação presente com a vida e as condições materiais, tanto no mundo como no Brasil. No entanto, percebe-se que a felicidade brasileira é relativamente pouco sensível às condições materiais, o que é exemplificado pelo fato de que

* O autor agradece as contribuições de Luisa Carvalhaes e Samanta Sacramento.

** Ministro da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República (SAE/PR) e presidente do Ipea.

1. DEATON, A. *Income, aging, health and wellbeing around the world: evidence from the Gallup World Poll*. Cambridge, United States: NBER, 2007. (NBER Working Paper, n. 13.317).

nenhum país do mundo, entre os 132 pesquisados, apresenta menor correlação entre as duas variáveis do que o Brasil.

A baixa sensibilidade dos brasileiros em relação às condições materiais de vida e à renda é demonstrada pelo fato de a região Nordeste, embora a mais pobre do país, apresentar o maior nível de felicidade presente. Boa parte da relação entre renda e felicidade no Brasil é explicada pela passagem daqueles sem renda alguma para a faixa de menor renda pesquisada, o que sugere um potencial de políticas focalizadas nos mais pobres. De fato, a relação controlada por diversos fatores socioeconômicos entre variação de renda implícita na expansão do Programa Bolsa Família e variação de felicidade da mesma pessoa ao longo do tempo traz resultados positivos quando comparados a outras transferências menos focalizadas nos mais pobres. Os dados indicam que os beneficiários do programa ganham um adicional de 0,41 ponto de felicidade em relação aos não beneficiários. Este resultado aponta que políticas redistributivas, cujo maior exemplo no caso brasileiro é o Bolsa Família, podem levar, em termos agregados, a uma maior felicidade geral da nação.

SINTETIZANDO PERCEPÇÕES SOBRE DESENVOLVIMENTO HUMANO*

Marcelo Côrtes Neri**

O capítulo visa consolidar aspectos da percepção da população sobre desenvolvimento humano em um indicador subjetivo sintético. O objetivo é construir um Índice de Desenvolvimento Humano Percebido (IDH-P) usando os componentes do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) – leia-se, renda, saúde e educação – em sua versão subjetiva. Também foi posteriormente adicionada à análise a dimensão das condições de trabalho. Primeiramente, é feita uma análise das prioridades de políticas públicas da população brasileira *vis-à-vis* a população mundial por meio do questionário da pesquisa *Meu mundo*, da Organização das Nações Unidas (ONU), incorporado ao Sistema de Indicadores de Percepção Social (SIPS) do Ipea. As prioridades mundiais são educação de qualidade e melhoria dos serviços de saúde, nesta ordem. No caso brasileiro, há inversão da ordem destas prioridades, com saúde aparecendo em 85,5% dos questionários e educação em 81,8% deles. De toda forma, os três elementos de destaque tanto no Brasil como no mundo representam os três componentes do IDH.

A aplicação de análise de componentes principais (ACP) a mais de duas dezenas de questões subjetivas permitiu eliminar a redundância entre questões similares e gerar o IDH-P. A análise revela convergência de componentes subjetivos em duas vertentes, a saber: indicadores de chances *versus* indicadores de resultados; e a dicotomia entre, de um lado, indicadores internos sobre o *status* do indivíduo e, de outro, percepções externas sobre o meio. É explorada ainda, em nível de países, a relação entre os respectivos componentes do IDH e do IDH-P. A partir dos resultados,

* O autor agradece o excelente apoio prestado por Luisa Carvalhaes, Samanta Reis, Gabriel Buchmann, Rodrigo Ramiro e Tiago Bonomo.

** Ministro da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República (SAE/PR) e presidente do Ipea.

tem-se que as percepções dos indivíduos sobre renda, educação, saúde e trabalho são relativamente aderentes com os seus homólogos objetivos, em particular quando se trata mais de percepções internas sobre o *status* do indivíduo e menos sobre as percepções externas acerca das políticas associadas. Apresenta-se um *ranking* mundial do IDH-P com 109 países, ficando em primeiro lugar Singapura e em último o Haiti. O Brasil situa-se na 62ª posição.

Similarmente, analisa-se, em nível de observações individuais, a correlação entre cada componente do IDH-P e a renda *per capita*, assim como a correlação dos componentes com a idade, relacionando-se fases do ciclo de vida com componentes internos de trabalho e de saúde. Por fim, investigam-se neste capítulo os pesos atribuídos a cada um dos três componentes do quadro do IDH-P, que são comuns aos indicadores setoriais do IDH, para a satisfação com a vida atual dos indivíduos. Os resultados da regressão mostram um peso de 64,2% atribuído à percepção interna de renda e um de 17,6% para a percepção externa deste componente. A percepção interna de saúde obteve peso de 8,9% e a externa de 9,1%, enquanto a percepção externa de educação teve peso nulo. Estes resultados sugerem que a soma dos pesos atribuídos a cada elemento, embora diferente da igualdade de pesos do IDH padrão, não é distante, em ordem de grandeza, dos pesos estimados a partir de uma equação similar de satisfação com a vida realizada com indicadores objetivos do IDH. Como educação é um indicador de chance, que explica mais da metade da variabilidade da expectativa de vida e da renda – indicadores de resultado –, a hipótese de pesos iguais não parece particularmente inadequada em nenhum dos exercícios reportados. Complementarmente, rejeita-se a hipótese de que diferentes faixas etárias conferem pesos diferenciados aos componentes do IDH. De forma geral, a construção do IDH-P permite, por meio de indicadores setoriais de cunho subjetivo, análises complementares àquelas realizadas com o IDH tradicional.

O FUTURO, O PAÍS E A AGENDA DO “PAÍS DO FUTURO”

Marcelo Côrtes Neri*

O capítulo aborda a percepção de felicidade do brasileiro no tempo, presente e futuro, e na relação entre percepção individual sobre a sua vida e sobre a vida do país. Por meio da reprodução de questões de pesquisas internacionais nas pesquisas do Sistema de Indicadores de Percepção Social (SIPS) foi possível estabelecer uma comparação do Brasil com mais de uma centena de países. O exercício lança algumas luzes sobre a agenda de políticas públicas progressivas e prospectivas.

Na análise temporal, o Brasil apresenta a nota mais alta de felicidade futura por cinco vezes consecutivas. Numa escala de 0 a 10, o brasileiro deu uma nota média de 8,6 à sua expectativa de satisfação com a vida em 2015, a maior de todos os países pesquisados. A média mundial é 6,7. Este fato fornece indícios sobre questões típicas do país como a baixa propensão à poupança e a alta da taxa de juros vigentes.

O jovem, tal como o brasileiro, também acredita que o melhor da vida ainda está por vir, o que reflete no declínio da satisfação prospectiva de um cidadão da aldeia global ao longo do ciclo de vida. Mais que um país de jovens na sua composição demográfica, o Brasil é um país habitado por jovens de espírito. A média de felicidade futura do brasileiro entre 15 e 29 anos foi sempre acima de 9 pontos nos cinco anos analisados, marca nunca atingida pelos jovens de mais de uma centena de países pesquisados. Assim, o Brasil é pentacampeão mundial invicto de felicidade futura, ou de atitude jovem. Isto possibilita conciliar duas qualificações frequentemente atribuídas ao Brasil: “o país do futuro”, por uns, e “país jovem”, por outros.

* Ministro da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República (SAE/PR) e presidente do Ipea.

Em relação a aspectos ligados à coletividade, percebe-se baixa expectativa do brasileiro quanto à felicidade geral da nação em comparação com a média da felicidade individual calculada para cada um. Há uma alta dissonância de cerca de 30% entre a visão prospectiva de cada brasileiro sobre sua vida e a visão sobre o conjunto do país. Este elemento seria consistente com a maior importância assumida no contexto nacional por problemas associados a ações coletivas, como alta inflação, desigualdade e violência. Tais problemas tornam o todo menor que a soma das partes, exigindo mobilização e coordenação da sociedade. A nova agenda de transformações que se coloca hoje no país tem esta natureza coletiva: problemas urbanos brasileiros, desafios ambientais e de governança.

CONCLUSÃO

Marcelo Côrtes Neri*
Fabio Schiavinatto**
(Organizadores)

Mensurar a percepção das pessoas sobre as ações adotadas pelo Estado, a partir de seus impactos e efeitos, pode constituir uma relevante fonte de informação para subsidiar a elaboração e a avaliação dos resultados das políticas públicas.

O conhecimento da visão das pessoas aliado aos dados objetivos tradicionalmente observados pela maior parte das pesquisas realizadas pelos seus parceiros institucionais permitem ao Ipea aprimorar e qualificar suas avaliações sobre as políticas adotadas pelo Estado brasileiro, integrando de maneira mais equilibrada as dimensões de efetividade, eficiência e eficácia dos resultados obtidos.

Pesquisas domiciliares como o Censo Demográfico e a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), permitem captar diversos aspectos da sociedade brasileira, como a distribuição de renda, a educação e o trabalho. No entanto, não fornecem uma noção direta das diferenças tupiniquins ante outros países, nem cobrem aspectos subjetivos da vida das pessoas. Caso se deseje conhecer as aspirações brasileiras, *vis-à-vis* as de outras nações, é necessário enxergar através de lentes internacionais a perspectiva das próprias pessoas, tal como na literatura emergente de economia da felicidade. Estas abordagens ainda não fazem parte da honorável tradição de pesquisas domiciliares brasileiras.

O Sistema de Indicadores de Percepção Social (SIPS) consiste na articulação e na coordenação de técnicos de planejamento e pesquisa,

* Ministro da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República (SAE/PR) e presidente do Ipea.

** Técnico de Planejamento e Pesquisa da Assessoria Técnica da Presidência do Ipea.

especialistas em diversas áreas do conhecimento distribuídos pelas diretorias do instituto, com a finalidade de elaborar questionamentos e trabalhos de campo que possam indicar como as pessoas percebem as políticas públicas implementadas ou mesmo a falta delas. Esta abordagem visa complementar as informações produzidas pelo Ipea e as disponíveis em outras instituições, almejando o aperfeiçoamento dos estudos e proposições de políticas do instituto. O sistema serve a outros órgãos de Estado para subsidiar diretamente decisões sobre a formulação, a implementação e a avaliação de políticas públicas. Além disso, informa a sociedade, permitindo uma avaliação dos resultados alcançados pelas políticas públicas implementadas, propiciando a construção de argumentos mais consistentes para efetuar suas demandas.

O SIPS se dispõe a fornecer uma série de dados e análises sobre diversos temas relacionados aos serviços públicos oferecidos à população pelo Estado brasileiro, focados na percepção das pessoas que, em última instância, são aquelas que sofrem os impactos e efeitos das políticas implementadas.

Uma inovação recente do SIPS, presente neste livro, foi incorporar nas pesquisas de campo do Ipea perguntas consagradas em pesquisas internacionais sobre percepções sociais. O processamento conjunto dessas informações permite comparar diretamente resultados globais, nacionais e regionais.

Se inicialmente os esforços para a realização das pesquisas ficaram concentrados quase que exclusivamente sob a responsabilidade dos técnicos do Ipea, nesta segunda edição esses esforços e responsabilidades foram compartilhados, em alguns temas, com gestores e técnicos dos ministérios responsáveis pela elaboração e implementação de políticas públicas.

A aderência dos ministérios e da própria Presidência da República, por meio de algumas das suas secretarias, demonstra a crescente confiança nos dados gerados pelo SIPS e a já reconhecida qualidade das análises produzidas pelos técnicos do Ipea.

As ações analisadas cobrem áreas diversas como educação, trabalho, transporte, segurança, defesa nacional e combate à pobreza. Além disso, o livro trata de temas transversais como valores e democracia, comunicação,

economia da felicidade, geração de índices subjetivos sintéticos e as prioridades de políticas públicas da população.

Os resultados apresentados nos doze capítulos temáticos desta publicação fornecem um novo ângulo de análise do debate sobre políticas públicas e desenvolvimento, complementar às pesquisas de cunho mais objetivo. Além disso, estes apontam para novas linhas de pesquisas a serem desenvolvidas pelo instituto e parceiros. Os principais resultados foram sumarizados a seguir.

RESULTADOS

O mercado de trabalho brasileiro passa por importantes transformações em termos de diminuição da taxa de desemprego, que se encontra em seu menor patamar histórico, e de crescente formalização da mão de obra. Paralelamente a este processo de transformação há um movimento de intensificação e aumento de exigências no ambiente de trabalho que muitas vezes não é claramente percebido. A intensidade do trabalho bem como as principais exigências e cobranças em seu ambiente são o foco do capítulo 1. Os resultados indicam que, se por um lado, os trabalhadores subordinados formais possuem maiores índices de escolaridade e afirmam escolher sua atividade por interesse profissional, por outro, são os que mais apresentam críticas em nível de exigências no ambiente de trabalho. De acordo com a percepção dos trabalhadores, a intensidade do trabalho tem-se manifestado, sobretudo, pelo aumento das exigências e pela pressão por resultados. Em relação às capacidades exigidas, a “alta exigência” é a principal resposta, seja na capacidade de realizar tarefas com grande velocidade, na média geral 47,2%, e entre os formais 49,8%, seja na de se comunicar bem, escrita e oralmente, na média geral 58,8%, e entre os formais 62,6%. Os resultados indicam ainda que o entendimento sobre o papel dos novos equipamentos de comunicação e informática é positivo (32%), no entanto mais da metade dos entrevistados afirma não utilizar estes equipamentos em seu ambiente de trabalho, em maior grau os autônomos (64,1%) e informais (59%), o que indica a existência de baixa produtividade nesses dois grupos.

Ainda no mundo do trabalho, o processo de aumento de intensidade e seus impactos são analisados sob a ótica da relação do tempo de trabalho e do tempo livre, sob a percepção dos trabalhadores, e suas influências no

cotidiano, no capítulo 2. Há claras evidências de que houve uma diminuição das situações de excesso de duração da jornada de trabalho no país (número de horas trabalhadas acima de 44 semanais). Todavia, uma menor jornada de trabalho não implica necessariamente uma influência menor do tempo de trabalho na vida diária da população. Os resultados apresentados indicam que a visão geral dos trabalhadores é de que o tempo de trabalho remunerado afeta de modo crescente e negativo o tempo livre disponível.

A tendência de diminuição das fronteiras entre trabalho e tempo livre é constatada por 45,4% dos entrevistados que afirmam não se desligar totalmente do trabalho ao término da jornada diária; por 37,7% que afirmam sentir que o tempo livre vem diminuindo por causa do trabalho; e por 39,5% que acham que o tempo dedicado ao trabalho compromete sua qualidade de vida. Isso ocorre por conta da necessidade de permanecer de prontidão ou sobreaviso, da realização de teletrabalho (por computador, telefone celular ou outro meio) ou da preparação para o trabalho do dia seguinte. Outro aspecto a analisar é que, apesar da percepção comum de que o tempo dedicado ao trabalho afeta significativamente a qualidade de vida, somente um quinto dos entrevistados do SIPS afirma realmente pensar em trocar de ocupação por conta disso. Ao que parece, mesmo com a melhora verificada no mercado, trocar de ocupação ainda parece ser algo desorganizador e impactante para o cotidiano da população, mesmo quando a ocupação atual, com seu tempo de trabalho excessivo, prejudica boa parte do seu dia a dia.

Igualmente estrutural e com algumas interfaces com o mundo do trabalho, o capítulo 3 é dedicado às percepções sobre a educação pública no país. De uma maneira geral, estas percepções apontam para uma demanda evidente por melhorias. Embora a avaliação regular predomine (44,1%), há mais brasileiros que consideram a educação péssima ou ruim (35,2%) do que boa ou ótima (20,7%). No mesmo sentido, a maioria não acredita que a educação pública no Brasil melhorou nos últimos cinco anos, sendo que para 39,9% ela continua igual e para 31,1%, piorou. Os grupos de maior renda e escolaridade possuem avaliações mais pessimistas que os de baixa renda, o que pode significar, por um lado, que há um nível maior de exigências e anseios em relação à política de educação no primeiro grupo e, por outro, que a política de educação está dirigindo mais atenção ao segundo. Assim como nas percepções de superação

da pobreza, tratadas no capítulo 4, os principais problemas e ações prioritárias do governo percebidos na área de educação estão ligados ao mundo do trabalho.

Os principais problemas percebidos no capítulo 3 se referem à questão salarial (52,7%), seguida da desmotivação de docentes (30,9%) e pouco interesse dos alunos (30,6%). Há uma percepção geral em relação à necessidade de se valorizar mais os professores para melhorar a educação no país: 58,6% apontam o aumento dos salários dos professores e 43,2% a maior capacitação como as principais ações que o governo deveria realizar para melhorar a qualidade da educação. Outro ponto importante diz respeito ao financiamento da educação. Há clara percepção de que são necessários mais investimentos por parte do governo na educação pública. As principais fontes de recursos indicadas são a riqueza produzida pelo petróleo do pré-sal (47,3%), mais impostos sobre os mais ricos (32,7%) e pagamentos de juros da dívida pública (31,2%), indicando uma demanda por maior progressividade no financiamento da educação pública.

Ainda na área social, o capítulo 4 revela as percepções sobre o fenômeno da pobreza, sua evolução, causas e possíveis formas de saída, tema cada vez mais presente e prioritário na agenda de políticas públicas do país. A percepção dominante é de que a pobreza no país diminuiu nos últimos cinco anos, totalizando 41,4% das respostas sobre sua evolução. Este percentual foi mais elevado nas regiões Nordeste (48,5%), Norte (46,5%) e Centro-Oeste (43,8%). As questões relativas ao trabalho predominaram nas percepções sobre as causas e soluções para o problema da pobreza. O desemprego é identificado como a causa principal da pobreza por 29,4% dos entrevistados; em contrapartida, a criação de emprego foi identificada como a principal solução para a pobreza segundo 31,4% da amostra. Aspectos educacionais também são ressaltados: 18,4% apontam a falta de qualidade e dificuldade de acesso como principal causa da pobreza e 23,3% destacam a educação de qualidade como forma de superá-la. Importa notar que há notável diferença entre ricos e pobres nesta discussão, em que os primeiros priorizam os aspectos educacionais como causa e solução da pobreza e os mais pobres percebem as questões do trabalho como mais importantes. Os resultados indicam a percepção do caráter estrutural do fenômeno da pobreza, rejeitando seu entendimento como um problema de escolhas e comportamentos individuais, o que remete ao papel essencial do Estado/esfera pública no enfrentamento da pobreza.

O mundo do trabalho, o sistema educacional público e a pobreza de uma forma geral são cada vez mais impactados pelos desafios da mobilidade urbana, tema do capítulo 5. Qualidade dos serviços de transporte público, tempo despendido em deslocamentos, poluição do ar e acidentes, entre outros, impactam cada vez mais a vida cotidiana dos brasileiros, principalmente nas grandes cidades. O tema da mobilidade urbana já havia sido abordado pelo SIPS em 2010, e a pesquisa de 2011 apresentou avanços em relação à de 2010, com mais entrevistas, questões, mais municípios e métodos adotados para tentar lidar com os problemas da edição anterior, além de adotar uma amostragem probabilística em lugar da por cotas. Foram utilizados como recorte três grandes grupos de aglomerados: cidades menores que 20 mil habitantes, cidades entre 20 mil e 100 mil habitantes e cidades acima de 100 mil habitantes. Os resultados da pesquisa mostram o uso majoritário do transporte público (TP) no deslocamento dos entrevistados, seja como modo principal, secundário ou ainda como modo anterior de deslocamento (quando perguntados se usavam algum outro meio de transporte antes do informado na pergunta anterior), com indicação de 65,9%, 56,8% e 64,8% dos entrevistados, respectivamente, grande parte concentrada na população de faixa de renda mais baixa (até um salário mínimo *per capita*).

Ainda que o TP tenha sido avaliado de forma ligeiramente mais positiva que negativa nas cidades de porte pequeno e médio, de uma forma geral e principalmente nas maiores cidades, sua avaliação foi negativa. Enquanto 39% dos entrevistados o avaliaram positivamente nas cidades pequenas, nas cidades de maior porte o valor foi de 30%, sendo que 41% o indicaram como ruim ou muito ruim. Este comportamento se repete para todos os demais quesitos de avaliação do TP, como a disponibilidade de informação à população sobre o TP, a capacidade de atendimento da população pelos serviços de transporte urbano e a capacidade de o TP permitir o deslocamento com facilidade por toda a cidade. O TP foi o único meio de transporte que recebeu nota média de seus usuários abaixo de cinco e deveria ser o mais priorizado ante a legislação vigente, já que, entre todos os meios, é o que está mais vinculado à tutela do Estado, cabendo aos governos a definição de suas diretrizes e sua operação, mesmo que de forma indireta. Os resultados apresentados pela pesquisa, que foi a campo em agosto de 2011, já indicavam uma tendência de insatisfação que culminou nas manifestações populares de 2013.

A segurança pública, um dos principais problemas do Brasil segundo diversas pesquisas de percepção social, inclusive a *Meu mundo* (*My world*), utilizada no capítulo 11, é o tema abordado pelo capítulo 6, especificamente a predisposição da população para chamar a polícia, a partir de dados sobre a confiabilidade no desempenho das instituições policiais. Nele, foram apresentados os motivos alegados pelas pessoas para procurarem ou não a polícia. Dos 3.799 entrevistados, 713, ou seja, quase 20%, recordaram-se de ter sido vítimas de crime nos últimos dez anos; destes, 511 afirmaram ter procurado a polícia e 202 afirmaram o contrário. Entre os entrevistados que procuraram a polícia, 56,9% apresentaram uma motivação relacionada a uma predisposição positiva para tal: acreditavam que a polícia seria capaz de resolver o problema (45%) ou que se tratava de um dever informar à polícia sobre o ocorrido (11,9%). No entanto, 40,7% dos entrevistados alegaram ter chamado a polícia por uma motivação circunstancial, como a necessidade do boletim de ocorrência (30,3%), ou pelo fato de o ocorrido ter sido grave demais (10,4%). Entre aqueles que não procuraram a polícia, 45,6% não o fizeram devido a uma desconfiança direta em relação a ela: disseram não acreditar que a polícia poderia resolver o problema (41,6%) ou que tinham medo dos policiais (4%). De acordo com o resultado extraído do coeficiente da regressão logística utilizada para testar a hipótese de que tais predisposições estão relacionadas a uma imagem construída sobre as organizações policiais, obteve-se a evidência de que, enquanto uma percepção social positiva sobre a polícia parece não influenciar a tendência de acioná-la (não significativa estatisticamente na regressão), uma visão negativa gera uma predisposição para evitar chamá-la (o entrevistado com um alto índice de confiança na polícia apresenta uma razão de chances 60% menor de não acioná-la quando da ocorrência de um crime).

Passando da segurança dos indivíduos para a defesa do país, o capítulo 7 analisa os padrões de percepção dos brasileiros sobre a defesa nacional do país. No que toca à avaliação das Forças Armadas, trabalho, confiança e importância tiveram avaliações positivas: quase 70% avaliaram o trabalho como bom ou muito bom, 67% afirmaram ter muita ou confiança razoável nas Forças Armadas e 83% acreditavam na importância da instituição tanto na guerra como na paz. Em relação à percepção de ameaças, há evidência de que a população crê em uma possível agressão futura em função de interesses

na Amazônia e no pré-sal. A população, ainda que avalie positivamente os equipamentos militares no país (mais de 50% das pessoas os avaliaram como bons ou muito bons), também apoia o aumento de gastos para a aquisição de mais equipamentos militares (72% acreditam que se deve aumentar esses equipamentos). A maioria ainda acha que o combate à criminalidade é função das Forças Armadas (58% responderam afirmativamente) e que o crime organizado é uma ameaça para o país (54%), ao contrário de guerras, desastres ambientais, terrorismo e epidemias, itens que a maioria afirmou não perceber como uma ameaça.

Nesse capítulo, foi realizada uma análise de componentes principais (fatorial) a partir dos dados da pesquisa sobre o tema da defesa nacional, que permitiu identificar as perspectivas ou elementos mais proeminentes da percepção acerca desse tema. Os resultados da análise feita mostraram que algumas questões sobre as Forças Armadas e a defesa nacional contribuem para a formação de padrões ou dimensões de entendimento que se distinguem nitidamente entre si. Contudo, isso não ocorre com todas as variáveis levantadas na pesquisa. A análise de componentes principais gerou quatro elementos ou fatores que resumem os dados originalmente descritos em 22 variáveis. Para cada fator atribuiu-se um rótulo que sintetiza o tipo específico da percepção a que se refere, quais sejam, *consciência acerca das funções das Forças Armadas enquanto fonte de soluções, confiança nas Forças Armadas enquanto instituição abstrata, carência de recursos para a defesa nacional e riquezas naturais e cobiça internacional*. Para todos esses fatores verificou-se um padrão consistente de apontamentos, denotando a existência de percepções razoavelmente consolidadas sobre determinadas dimensões da defesa nacional que ensejam a atenção por parte dos formuladores de políticas públicas no sentido de aprimorar seu desenvolvimento e efetividade.

O capítulo 8, que abre a Parte 2 da publicação, dedicada a uma abordagem mais transversal entre as políticas, trata da democracia, valores e estrutura social no Brasil, focando a análise em dois principais elementos das percepções da população: a capacidade de influência sobre o governo e a adequação dos instrumentos existentes para influenciar as decisões. Em geral, a maioria dos cidadãos percebe ter capacidade mediana de influenciar o governo (de 0 a 10, nota média de 4,42), sendo o voto a principal arma de que dispõe para tanto. No entanto, os dados analisados mostram que a crença na capacidade de influenciar o governo aumenta com a escolaridade

e com a renda. Além dessas variáveis, os jovens se percebem como mais capazes de influenciar as decisões governamentais, assim como os negros em comparação aos brancos, resultado que vai contra a intuição tradicional já que os brancos em geral têm maior escolaridade e renda. Em relação à região, os habitantes do Centro-Oeste, do Norte e do Sul são menos propensos a se perceberem influentes sobre o governo quando comparados aos das regiões Sudeste e Nordeste, que diferem pouco entre si. Quanto à adequação dos instrumentos existentes para influenciar as decisões, temos que o voto é percebido como a forma mais importante de influência política em comparação com a influência direta e o protesto, essa última forma tida como a menos importante (56% contra 39% e 6%, respectivamente). Escolaridade, idade e renda não se mostraram relevantes para alterar essa ordem de importância, tirando o fato de que entre os mais escolarizados a importância da influência direta supera a do voto. Em termos regionais, a região Norte revela alta adesão a mecanismos diretos de influência como via preferencial de atuação e a menor adesão ao voto entre as regiões.

Outras questões endereçadas aos entrevistados dizem respeito à maneira como os cidadãos brasileiros se relacionam com pretensões de maior igualdade. Os resultados indicam que a luta por mais direitos de grupos como os de homossexuais, índios, negros e membros de religiões de candomblé e umbanda era vista como “muito positiva” ou “positiva”, para grande parte dos entrevistados (47%), enquanto quase um quarto dos entrevistados (24%) respondeu ser “muito negativa” ou “negativa” e um terço se disse “neutro” em relação à questão. Neste quesito, a renda e a raça não constituíam variáveis que influenciam os resultados, enquanto ter maior escolaridade e ser mais jovem têm associação positiva com os resultados favoráveis à luta destes grupos. No mesmo sentido, a maioria defende incondicionalmente o direito ao protesto contra os governos (57%), enquanto uma fração relevante postula por condicionantes a esse direito (37%) e 6% se opõem a qualquer forma de protesto.

Se o capítulo 8 trata de democracia, valores e estrutura social, o capítulo 9 aborda como se dá o acesso à informação no país, a confiabilidade dos meios de comunicação e outras questões por meio das percepções sociais em relação à mídia e comunicação no Brasil. Os resultados indicam um evidente predomínio da TV como o principal meio de acesso a informações (74%), a mídia mais confiável (66,2%) e a principal formadora de opinião (46,6%),

estando presente em 94,5% dos domicílios dos entrevistados. Apesar da massiva utilização da TV, foi apontada a necessidade de controle de seu conteúdo – para 83,9% dos entrevistados deve haver regras, e destes, 46,7% avaliam que estas devem ser feitas por um grupo formado por governo, sociedade e meios de comunicação. Mesmo com notável prevalência da TV como principal meio de comunicação no país, a pesquisa revela que a internet já é a segunda maior fonte de acesso à informação (11%), quase igual à soma de jornais e revistas (12,4%), mesmo que 59,5% dos entrevistados declarem não possuir acesso à internet. Este uso crescente da internet como fonte de informação não é acompanhado de forma proporcional à confiança nesta, pois neste quesito o jornal é considerado por 12% dos entrevistados como o meio de comunicação mais confiável e a internet é lembrada por apenas 8,1%. Embora consideradas confiáveis, as mídias impressas estão perdendo espaço como fonte de informação, dado que 64,1% responderam que não leram revistas ou jornais impressos na semana anterior à pesquisa.

Os últimos capítulos da publicação não tratam unicamente dos resultados do SIPS, mas apresentam dados de percepção social dos brasileiros, comparados internacionalmente e relacionados à literatura de economia da felicidade e de desenvolvimento humano.

O capítulo 10 trata da relação entre renda e felicidade, e demonstra, a partir da avaliação dos dados de uma amostra de mais de 132 países, que correlacionando os dados de satisfação de vida com os componentes do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) obtém-se que a renda explica cerca de 66% da variação da satisfação contra 31% da expectativa de vida, ficando menos de 3% explicados pelos dois componentes de educação. Observa-se que nenhum país entre os 132 pesquisados apresenta menor correlação entre renda e felicidade que o Brasil. Isto é exemplificado, nos dados nacionais do Ipea, pelo fato de a região Nordeste brasileira, embora a mais pobre, apresentar o maior nível de felicidade presente. Boa parte da relação entre renda e felicidade no Brasil é explicada pela passagem daqueles sem renda para um nível de renda familiar de até um salário mínimo, sugerindo um potencial de políticas voltadas aos mais pobres. A relação controlada entre variação de renda implícita na expansão do Programa Bolsa Família (PBF) e a variação de felicidade da mesma pessoa ao longo do tempo indica que os beneficiários do PBF ganham um adicional de 0,41 ponto de felicidade em relação aos não beneficiários. Este resultado, tomado a valor

de face, implicaria que políticas redistributivas aos mais pobres poderiam levar a maior felicidade agregada da nação.

Como a relação entre renda e bem-estar, medida pela felicidade, não é direta, novas perspectivas são demandadas. O capítulo 11 contribui com a discussão por meio do desenvolvimento de um indicador subjetivo sintético que objetiva consolidar diversos aspectos da percepção da população que foram tratados na parte inicial do livro. A princípio, forneceu-se uma visão global das prioridades da população brasileira em termos de políticas públicas *vis-à-vis* a população mundial através do questionário da pesquisa *Meu mundo (My world)*, da Organização das Nações Unidas (ONU). Primeiramente, as prioridades mundiais são educação de qualidade e melhoria dos serviços de saúde, nesta ordem. No caso brasileiro, há inversão da ordem destas prioridades. Saúde aparece em 85,5% dos questionários, enquanto educação, em 81,8% deles. Incidentalmente, os três elementos de destaque tanto no Brasil como no mundo representam bem, no campo das políticas públicas, os três componentes do IDH da ONU, quais sejam: saúde, educação e renda. O objetivo maior do trabalho é construir um arcabouço na linha da criação de um Índice de Desenvolvimento Humano Percebido (IDH-P), usando os componentes do IDH em sua versão subjetiva. O estudo mostra que as percepções sobre a satisfação do indivíduo com renda, educação, saúde e trabalho são relativamente aderentes com os seus homólogos objetivos. De maneira geral, o IDH-P aqui proposto fornece uma referência subjetiva complementar ao IDH. Investigaram-se os pesos atribuídos a cada um dos três componentes do quadro do IDH-P e os resultados mostram um peso atribuído à percepção interna de renda de 64% e externa de 17,6%; percepção interna de saúde de 8,9% e externa de 9,1%; e peso nulo para a percepção externa de educação. Estes resultados sugerem que a soma dos pesos atribuídos a cada um deles não é distante em ordem de grandeza dos estimados a partir de uma equação similar de satisfação com a vida em relação aos indicadores objetivos do IDH, exercício feito no capítulo anterior, mas sim diferente da métrica de igualdade de pesos que é usada no cálculo do IDH padrão.

O capítulo 12, último do livro, continua explorando a área da economia de felicidade, abordando a percepção de felicidade do brasileiro em relação ao tempo e à coletividade do país, com o olhar voltado para a agenda de políticas públicas pregressas e prospectivas. No primeiro ponto, o Brasil é

pentacampeão mundial invicto de felicidade futura. Numa escala de 0 a 10, o brasileiro dá uma nota média de 8,6 à sua expectativa de satisfação com a vida em 2015, a maior de todos os países pesquisados. A média mundial é 6,7. Estes dados subjetivos permitem entender a expressão “Brasil: o país do futuro”, criada há 70 anos. Também permitem entender porque o país possui uma baixa taxa de poupança e uma alta taxa de juros. O outro aspecto aqui abordado se refere a uma relativamente baixa expectativa de cada brasileiro quanto à felicidade geral da nação, indicando uma alta dissonância de cerca de 30% entre a visão prospectiva de cada brasileiro sobre sua vida e a visão sobre o conjunto do país. Na interpretação aqui proposta, este segundo elemento seria consistente com maior importância no contexto nacional de problemas associados a ações coletivas, problemas que tornam o todo menor que a soma das partes, exigindo mobilização e coordenação da sociedade. Exemplos como alta inflação e alta desigualdade, que situavam o Brasil no topo dos respectivos *rankings* mundiais, foram objeto dos principais avanços da sociedade brasileira nas duas últimas décadas.

O complexo mosaico de dados e de análises apresentado nesta publicação permite uma leitura abrangente da percepção dos brasileiros sobre suas vidas e os impactos emanados pelas políticas públicas, além de permitir comparações internacionais. Os resultados permitem algumas leituras transversais que indicam uma tendência de insatisfação com alguns serviços públicos como educação, transporte urbano e segurança, temas que dominaram a pauta das manifestações populares de junho de 2013. Os resultados também indicaram que o caminho para a solução de alguns desafios presentes na pauta das manifestações depende de maior e não menor atuação do Estado e que as fontes de financiamento destas ações estão relacionadas a uma estrutura tributária mais progressiva. Além disso, as percepções indicam que passa pelo mundo do trabalho as condições de bem-estar da população e as soluções para problemas como a superação da condição de pobreza e mesmo a baixa qualidade da educação, em que o papel do professor ocupa as maiores possibilidades de transformação na visão das pessoas. Algumas tendências percebidas no cotidiano foram confirmadas pelos resultados apresentados, como no caso da crescente utilização de novas tecnologias, seja no trabalho, seja como fonte de informação, mas também foi demonstrada a desigualdade ainda existente no acesso, pois apesar da crescente importância de tecnologias como a internet, estas ainda

não são acessíveis à maioria da população. Outros resultados colocam em xeque percepções comuns sobre os brasileiros, principalmente em relação a um suposto conservadorismo, sendo que a maioria dos entrevistados considera positivamente a luta por direitos de grupos vulneráveis e tradicionalmente excluídos, como homossexuais, índios e negros, e o direito de livre manifestação.

Assim, os resultados apresentados demonstraram grande potencial de geração de informação e de análises e abrem diversas linhas de trabalho e de parcerias, indicando que o SIPS está se consolidando na agenda de pesquisa do Ipea e que o instituto ocupa papel de destaque no Estado brasileiro na aferição das percepções da população acerca das políticas públicas.